



## GT 025. Cidades, turismo e experiências urbanas

Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) -  
Coordenador/a,  
Lea Carvalho Rodrigues (Universidade Federal do Ceará) - Coordenador/a,  
Wânia Maria de Araújo (Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Universitário Una) -  
Debatedor/a,  
Vera Maria Guimarães (UNIPAMPA) -  
Debatedor/a,  
Maristela Oliveira de Andrade (Universidade Federal da Paraíba) - Debatedor/a

Desde a 29ª RBA, coordenamos um GT, cuja proposta é contribuir para as discussões no âmbito da antropologia urbana e do turismo. Assistimos, de um lado, às políticas urbanas comuns nas metrópoles, em especial em suas áreas centrais e pericentrais, voltadas para as chamadas requalificações que, muitas vezes, vão ao encontro da ideia de marketing urbano, com intervenções em edifícios históricos, que se tornam lugares de entretenimento e consumo cultural. A memória é usada estrategicamente, valorizando o passado como mercadoria cultural, de modo que se frua história e cultura nesses lugares. Ademais, o turismo é uma atividade que pode impactar cidades de quaisquer portes, com efeitos na reconfiguração de espaços e na criação de lugares e paisagens. As cidades são, a um só tempo, lugares identitários (Augé) e de memória (Nora); espaços de dispersão, fragmentação e fluxos (Hannerz); espaços de encontro e de conflito. As cidades turísticas, por outro lado, parte suas singularidades, necessitam criar atrativos ao visitante, despertar seu interesse e suscitar desejos de ali estar, ver e viver experiências ímpares, distantes do cotidiano, o que cria um imaginário sobre elas via narrativas dos moradores, viajantes e empresas de turismo. Este GT acolherá propostas que resultem de pesquisas empíricas sobre essas temáticas e promovam articulações entre problemas teórico/metodológicos, práticos aos dois campos disciplinares, ou enfoquem diferentes dimensões analíticas sobre os temas

### **A rua fechada e os diferentes usos do espaço público urbano.**

**Autoria:** Gláucia Maria de Jesus Lima, Natália Amado

O objetivo desse estudo é analisar, através da observação da dinâmica socioespacial da rua fechada, os diferentes usos do espaço público urbano. A rua fechada ou simplesmente RF é um projeto realizado pela prefeitura do município de Maceió em Alagoas, o qual aos domingos o trânsito de um trecho da avenida da praia da ponta verde é fechado e esse espaço passa a ser usado para o lazer. A rua fechada enquanto espaço público atrai diversas pessoas por ser um lugar onde as mesmas podem transitar livremente, fazer reuniões ao ar livre, levar crianças ao parque que nela é montado, além de possibilitar uma série de atividades, como patinação, ciclismo, corrida, entre outras. Dessa forma, o público que frequenta a rua fechada é bastante diverso, sendo verificada a presença de grupos sociais distintos, além dessa variedade também se dar com relação à faixa etária e ao poder aquisitivo, fazendo dela um espaço, considerado pelos seus frequentadores, como democrático. Para tanto foi utilizado o método etnográfico, através da observação direta, a partir de conversas com frequentadores da rua fechada, o qual possibilitou melhor compreensão da configuração desse espaço público urbano que passa por transformações e/ou ressignificações, de como são tecidas as relações sociais sendo caracterizadas pelas individualidades típicas do urbanismo. E ainda, que apesar de ser considerada um espaço democrático há, na rua fechada, fatores externos que a qualificam e hierarquizam, favorecendo o surgimento de "enclaves sociais".

[Trabalho completo](#)



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:****Apoio:****Organização:**